



DEMOCRATIZAÇÃO  
DO  
ENSINO

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

departamento de imprensa  
9/maio/69

Dizer que percorremos uma época apaixonante, pode surgir como retórica ilegítima, perante a dimensão dos problemas que se põem ao Homem e a distância a que se está de resolvê-los.

Sector de árduas tarefas, a educação conta-se entre os que se apresentam erigidos de dificuldades incontáveis. Tarefa maior dos governos, é objecto do interesse de diversas Organizações Internacionais, campo para exercício do mecanismo perre da ajuda dos países mais avançados aos menos desenvolvidos. Tem-se-lhe como adquirido o carácter de factor primordial no progresso dos povos, o que importa não só a quantos pretendem permanecer na vanguarda, como aos que se esforçam por abandonar o pântano fatal do subdesenvolvimento.

• A gravidade de toda a problemática educacional nestes últimos, faz com que se tenda a considerar mais

como civismo, do que como mero pendor cultural ou científico, o interesse dedicado às questões relacionadas com o ensino.

Lembre-mos que o analfabetismo é ainda um flagelo mundial, para ser bem clara a extensão do caminho a percorrer. A gravidade dessa circunstância detectou-a bem René Maheu: "A luta contra a fome e a luta contra o analfabetismo, são, num certo sentido, dois aspectos dum mesmo combate".

De facto, o direito à educação consignado na declaração Universal dos Direitos do Homem, não é apenas imperativo ético da atribuição dum certo bem individual. Bem mais do que isso, corresponde a uma necessidade do desenvolvimento de qualquer país, inscrevendo-se no programa de qualquer governo responsável, como factor prioritário e essencial.

A ausência de qualquer discriminação em todos os graus de ensino corresponde, por isso, não só ao respeito por um dos direitos humanos fundamentais, como às necessidades objectivas do progresso sócio-económico.

Descritivamente, podemos anunciar como possíveis as discriminações com base na raça, no sexo, na religião, com considerações de ordem política, em factores da ordem social e económica.

Poucos países, onde se levam a cabo práticas discriminatórias, se conformam em encará-las como tais, tecendo todo o sistema justificativo de mistificação. Aprecieemos entretanto que se os privilégios raciais encontram muitos poucos países no mundo capazes de os exercer expressamente, o mesmo acontecendo quanto ao sexo e à região, já as considerações de ordem política se imiscuem com demasiada frequência, onde deveriam apenas vigorar critérios de qualificação e capacidade.

A discriminação social e económica faz parte integrante de certas formas de organização sócio-política. É consequência do facto de a riqueza aí se concentrar em certos grupos sociais e de o acesso ao ensino ser condicionado pela detenção de meios económicos susceptíveis de satisfazer as despesas respectivas.

Nem o interesse de qualquer país à luz da sua necessidade de progredir, nem o respeito pela pessoa humana no grau envolve de salvaguarda dos seus direitos fundamentais, se compadecem com qualquer dos referidos modos de discriminação.

Chega-se pois, a todas as luzes, à conclusão que uma completa democratização do acesso a todos os

graus de ensino é a primeira condição duma autêntica reforma de qualquer sistema educacional.

Pretendendo-se transformar uma cidadela em cidade aberta, não se justifica a manutenção das muralhas interiores duma estreita hierarquização. A escola deve tender a ser cada vez menos instituição estratificada, para ir sendo empreendimento de colectividades sucessivamente mais amplas. Trata-se da participação dos interesses conforme a natureza e o grau de ensino, implicando uma interligação crescente entre as escolas e as comunidades circundantes. Princípio básico, a intervenção dos alunos deverá abranger os sectores da vida escolar, entendida com a maleabilidade necessária a assumir cariz diverso consoante deva corresponder às mentalidades infantis, ou mais tarde à adolescência, ou finalmente, à da juventude plenamente responsável dos anos terminais do ensino secundário e do ensino superior. O poder dentro das Universidades tem de ser efectivamente distribuído, como não pode em qualquer escola estar monopolizado. Há que criar um ambiente de trabalho em comum, de criação conjunta, estilheçada para sempre a fisionomia actual da mera fábrica de diplomas e distribuidora pacchorrenta de conhecimentos.

Mas, este clima não depende exclusivamente, de novas estruturas e do seu carácter plenamente aberto.

Isso mesmo, afirmou o especialista japonês Masunori Hiratsuka, com a autoridade de quem vive um sistema educacional em pleno progresso: "É bem claro que a formação pedagógica é o principal factor do desenvolvimento do ensino...".

Para uma renovação das estruturas educacionais e adquirir a desejada eficácia, precisa de actuar uma nova metodologia pedagógica, atenta à rica pulsação do real, capaz de observar os progressos da pedagogia. Uma pedagogia susceptível de se enriquecer com os meios técnicos hoje à sua disposição e ágil no seu movimento de constante progresso, à luz do confronto com a sua eficiência prática.

Havendo uma íntima conexão entre o que se ensina e como se ensina, não poderemos sobrevalorizar os métodos, esquecendo o conteúdo. Tudo está em se incidir sobre o real, abandonando o conhecimento livresco, a interminável peregrinação por sistemas ideológicos educos e construídos para uma deturpação do real. É que como Freinet fez notar, "a pedagogia foi(...) a maior parte das vezes não a ciência da formação do homem, mas o estudo dos métodos susceptíveis de permitir e de facilitar a aquisição duma maior quantidade de saber". E hoje interesse produzir uma aptidão para pesquisar, uma capacidade para aprender, uma

atitude crítica e selectiva, nunca sobrecarregar a memória com tudo quanto seja transmitido num "bric-a-brac" de conhecimentos inúteis. Neste sentido se pronuncia o especialista MIKHAIL PROKOFIEV ao dizer que "quanto mais o ensino assentar sobre o princípio de que "aprender é descobrir" mais eficaz será".

A eficácia da educação, como já foi dito, é base do desenvolvimento económico-social de qualquer povo. Onde resulta a necessidade dum política generosa de investimentos na educação. Para os países atrasados trata-se de um esforço gigantesco de recuperação, presente uma penúria de quadros que emperna o próprio funcionamento das escolas; para os países mais adiantados reina o imperativo da manutenção dum ritmo de progresso, que o avanço da tecnologia situa na mais alta velocidade.

Como afirmou Malcolm S. Adiseshiah, numa publicação da UNESCO: "... a análise que os economistas têm feito da situação permitiu estabelecer que os factores chave do desenvolvimento económico na sociedade post-industrial, cada vez mais próxima, não serão nem o capital, nem o trabalho, mas a cultura e a educação das massas, o consumo e os serviços, os cuidados médicos, o comércio e os contactos humanos, as distrações, os ócios e a cooperação".

No mesmo sentido, mas a um nível de maior profundidade, escreveu R. Garaudy: "durante todo o século XIX e a primeira metade do século XX os investimentos industriais mais rentáveis eram os investimentos consagrados, por um lado à compra de máquinas e por outro a contratar uma mão-de-obra fluída, destinada a servir as máquinas.

Ora hoje parece que, nos sectores de ponta da economia, os investimentos mais rentáveis são "os investimentos no homem", como verificaram não somente os teóricos dos países socialistas à procura dum modelo humano da sociedade técnica, mas também os economistas americanos. Este primado do homem não é um tema de predicação moral: inscreve-se directamente na contabilidade da empresa e nas procuras de gestão óptima".

E foi ainda o mesmo autor quem ao referir-se aos factores do desenvolvimento frisou: "Desavante os factores mais importantes são: a educação geral, as inovações tecnológicas. Os dois termos estão estreitamente ligados porque a educação permanente é o principal motor da inovação tecnológica".

A actualização constante dos quadros transforma-se em condição de aproveitamento deles, cá que abandoná-los no nível de conhecimento escolarmente adqui



ridos, será condená-los, a breve trecho, à quantidade de "ferro-valho-intelectual".

Foi ainda Roger Garaudy quem observou: "Trata-se assim cada vez menos de adquirir dum vez para sempre, numa aprendizagem realizada no início da vida profissional, um saber determinado e acabado, mas de exercer, através dum educação continua, a aptidão para compreender sintóticamente e dialécticamente os conjuntos complexos e móveis, e o método ou a arte formular questões e não o de trazer respostas manuais ou intelectuais pré-fabricadas".

Com as exigências crescentes dirigidas a todo o corpo social e os novos meios técnicos susceptíveis de serem utilizados constitui-se o ponto de vista da superação dos próprios quadros tradicionais onde se exerce a educação permanente, entendida agora como abrangendo toda a sociedade e como devendo ser exercida mesmo para além das estruturas escolares. A concepção do polaco Suchodolski — "A tarefa própria do educador consiste em ajudar os indivíduos a superar o velho nas suas consciências e a construir um novo mundo adequado à ciência e às necessidades das urgentes tarefas sociais" — assume uma projecção e um sentido novos, pois abrem-se agora ao educador potencialidades sem medida, como estão disponíveis para a deseducação meios cada vez mais poderosos. Como

nos mais diversos campos, o possível é aqui uma amplitude sem fronteiras, a tornar dia a dia menos suportável a pausa que lhe antecede a realização.

\*

Ficaram aqui, brevemente equacionados alguns problemas gerais da educação, por onde me parece ser fácil detectar a urgência de se multiplicarem neste tempo as iniciativas adequadas.

Um último reparo talvez seja no entanto necessário. Referiram-se as características e assumir pelas estruturas educacionais, as coordenadas muito gerais da sua actuação, a necessidade de não estabelecer quaisquer privilégios no acesso a qualquer grau de ensino. Não se pode no entanto esquecer que sem um certo número de medidas ao nível das condições de vida de certos sectores da população, a igualdade de oportunidades será sempre illusória em virtude das profundas desvantagens que a pobreza por si provoca em quem nela se vê envolvido.

A democratização do ensino não é um conjunto acabado de medidas envolvendo apenas as estruturas educacionais, mas um processo de permanente destruição de todas as desigualdades, de modo a se ir conseguindo uma cada vez mais efectiva equiparação das oportuni-

desde todos. Um processo cuja lógica de desenvolvimento interno, conduz ao imperativo de se outorgarem a todas as crianças, a todos os jovens, o mínimo de condições sociais necessárias a um aproveitamento integral da democratização das estruturas educacionais.

\*  
\* \*